

# Colóquio Internacional: Élisée Reclus e a Geografia do Novo Mundo

6 a 10 de dezembro de 2011

Laboratório de Geografia Política

Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo

São Paulo – Brasil

## Fronteiras: A divisão da fraternidade no mundo

Ricardo José Batista Nogueira

Universidade Federal do Amazonas

[nogueiraricardo@uol.com.br](mailto:nogueiraricardo@uol.com.br)

**Resumo** - O desafio colocado pelo pensamento anarquista do geógrafo Elisée Reclus diz respeito exatamente a se pensar uma Geografia Política sem Estado. É importante porque a renovação do pensamento nesta área apontou que não era mais possível analisar a Geografia Política tomando como referência apenas o Estado, mas considerar outros atores sociais que também são fontes de poder. Ora, no final do século XIX, momento crucial de consolidação dos Estados Nacionais, das nacionalidades, de efervescência do movimento socialista, como poderia um Geógrafo propor a extinção dos Estados? Esta discussão remete para uma outra que é a do território dos povos, que, sem Estados e, conseqüentemente, sem fronteiras, deverão encontrar outros caminhos para assegurar uma unidade sem a referência a pertencimento estatal. Sua alegria com o surgimento da Internacional Operária é um indicador da possibilidade de atenuação da função de separação dos homens através das fronteiras. No rastro deste pensamento, está uma crítica feroz ao patriotismo, que só ajudava a dividir mais os povos, pois cada país arrogava-se de ser superior a outros, quebrando fraternidade entre os homens. Reclus defendia um modo de evolução que tivesse por princípio a ação direta da vontade livremente expressa de homens que se associam para uma determinada obra sem preocupações de fronteiras entre as classes e os países. O fato de Reclus defender a ocupação de um território onde os povos possam viver livres diverge, radicalmente, do pensamento de Ratzel, fundador da Geografia Política, que parte do Estado como elemento chave para os estudos políticos em Geografia. O simples fato de abolir as fronteiras estatais dos mapas da Nova Geografia Universal, já demonstra o pensamento de Reclus sobre o poder desta representação cartográfica. Afirmava que a divisão política da Europa era antinatural, e, portanto precária. Especificamente sobre as fronteiras, Reclus afirma que elas devem ser concebidas como móveis; via a necessidade de tornar mais livre o movimento de pessoas e idéias; e que a solidariedade e a fraternidade são os princípios de relação entre os homens, que levariam à cooperação e a troca. Afirmava, enfim, que " Todos os limites construídos entre as nações são obras do homem e nada impediria que fossem modificados ou cancelados". De modo semelhante, seu amigo e também geógrafo anarquista Piotr Kropotkin afirmava que cabia à Geografia ensinar às crianças que todos somos irmãos, independente de nossa nacionalidade.

**Palavras-chaves:** Divisão Territorial, Fronteira, Anarquismo, Fraternidade.

A extensa obra de Elisee Reclus (1830-1905), tanto aquelas de cunho eminentemente geográficas como aquelas de caráter político, ainda que seja difícil realizar uma separação, permite que uma série de temas sejam desenvolvidos para que se possa compreender o pensamento de um dos grandes nomes da Geografia moderna, na passagem do século XIX para o século XX. Os trabalhos sobre sua obra se ampliam; as traduções e publicações de diversos excertos surgem em diversas línguas; novas interpretações a partir de seus trabalhos até balançam a história oficial da Geografia moderna, pois sua enorme atividade intelectual não teve uma correspondente importância na história desta ciência. O problema era sua atividade política como defensor do pensamento anarquista. Dentre tantos temas geográficos trabalhados por Elisee Reclus, elegemos a fronteira como objetivo principal deste artigo. Tema fundamental da Geografia Política, desde as suas origens com Ratzel (como nos fora ensinado), a fronteira aparece em alguns trabalhos de Reclus. Porém, sendo algo de extremo significado para o pensamento político anarquista, a fronteira, e sua função primordial de estabelecer divisões entre territórios políticos, será também objeto de reflexão em outros escritos dele e de outros camaradas anarquistas. Assim, desenvolveremos este artigo destacando, em primeiro lugar, a atuação política de Reclus; em seguida, traçaremos um paralelo com a discussão própria da fronteira na Geografia Política; e finalizaremos apresentando suas análises sobre o problema causado pelas instituições de fronteiras no mundo, fenômeno que, aliás, só tende a aumentar.

## 1.A ATUAÇÃO POLÍTICA ANARQUISTA E SUA GEOGRAFIA

Há uma convergência de opiniões a respeito da dificuldade em distinguir o militante anarquista do geógrafo. Em seus escritos políticos é possível encontrar referências geográficas que podem ser vinculadas ao pensamento anarquista. Por outro lado, as suas obras de geografia não tiveram um conteúdo político enquanto foram editadas pela Hachette. Senão vejamos. Cubero (2002), na apresentação que faz da obra “ A Evolução, a Revolução e o ideal Anarquista”, afirma que desde cedo Reclus já havia formado as suas idéias sobre a política e que isto aparece de modo claro num manuscrito publicado postumamente onde o mesmo já falava de uma república universal, sem a existência de fronteiras e onde a solidariedade ultrapassaria as raças e as línguas. A finalidade política última em cada nação seria a abolição dos privilégios aristocráticos e a Terra ser uma fusão de todos os povos. O início da atuação política de Reclus é, juntamente com seu irmão Elie, na resistência ao golpe de Estado de Napoleão III em 1851. Com a ordem de prisão dada aos republicanos, Elisee e Elie fogem para a Inglaterra. Elisee retorna a Paris em 1857, depois de uma passagem pelos Estados Unidos e Colômbia, e assume em definitivo os princípios anarquistas. Novamente com Elie, retorna às ações políticas; conhece Joseph Prudhon, porém não comunga com as idéias deste socialista. A criação da Associação Internacional dos Trabalhadores em Londres em 1864, por sindicalistas de diversos países, constituiu-se num marco fundamental da luta política de anarquistas e socialistas contra a propriedade privada, contra o Estado e contra a exploração do trabalho. Apesar da divergência posterior entre seus membros socialistas e anarquistas, que resultou na dissolução da A.I.T., é válido destacar um dos princípios que os uniam: o

caráter internacionalista da luta contra o capital e Estado. Isto pode ser verificado em textos famosos deixados por dois de seus principais expoentes e militantes da Internacional: “ O Manifesto Comunista” , de Karl Marx e Friedrich Engels; e “ Socialismo Libertário” de Mikhail Bakunin. No primeiro documento, Marx e Engels, apontando a distinção entre os comunistas e os outros partidos operários, dizem que “nas lutas nacionais dos proletários dos diferentes países, eles -os comunistas- destacam e trazem à superfície os interesses comuns de todo o proletariado, independente de toda nacionalidade” (p.75). Adiante, após se pronunciarem pela abolição da propriedade burguesa, comentam a censura que sofrem quando indicam a abolição da pátria e a nacionalidade, respondem que os operários não possuem pátria, portanto não podem retirar deles o que já não possuem. Porém, como esta classe deve assumir a supremacia política, ser a classe dirigente da nação, e constituir-se a si própria como nação, ela seria nacional, não no sentido burguês da palavra (p.85). Dessa maneira chegar-se-ia a emancipação do proletariado, acabando, assim, o antagonismo de classes e a hostilidade entre as nações. O manifesto é encerrado com a clássica frase bradada em outros tantos documentos comunistas que reafirmam o significado internacional da luta política: “ Trabalhadores de todos os países, unam-se” (p.109).

No segundo texto, Bakunin, consciente da força do movimento do proletariado, inicia falando do objeto de medo e terror para a burguesia da Europa que é a Associação Internacional dos Trabalhadores, pois a mesma tornou-se a palavra de ordem dos trabalhadores de todos os ofícios e de todos os países, e que a questão da libertação dos trabalhadores do jugo do capital e dos seus representantes, os burgueses, é uma questão eminentemente internacional, ou seja, a solução só seria possível no quadro do internacionalismo, sendo a Associação a pátria de todos os trabalhadores oprimidos(p.09). Em seguida, num artigo escrito para o periódico L'Égalité (nº 30, 14/08/1869), Bakunin elogia os fundadores da A.I.T. porque agiram com extraordinária sensatez quando assentaram os princípios da Associação na luta exclusivamente econômica do trabalho contra o capital, evitando, inicialmente, os princípios políticos ou filosóficos. Estes outros estão assim expressos: “ Do ponto de vista político e social, tem por consequência necessária a abolição das classes, portanto da burguesia, que é a classe dominante hoje; a abolição de todos os Estados territoriais, de todas as pátrias políticas, e sobre as suas ruínas, o estabelecimento da grande federação internacional de todos os grupos produtivos, nacionais e locais (p.57). Embora ambos projetos políticos propusessem a libertação do proletariado, a diferença fundamental era de que enquanto os comunistas acreditavam ser necessário a etapa da supremacia política do proletariado, tendo este o controle do Estado, os anarquistas queriam abolir o próprio Estado, não aceitando a existência de um outro poder. Numa leitura geográfica podemos dizer que a aniquilação do Estado significava abolir as fronteiras que dividiam os homens entre as nações. Reclus conhece Bakunin em 1864 quando este passa por Paris em busca de membros para a sua sociedade secreta denominada, primeiramente, “ Aliança Democrática Social” e depois torna-se a “ Fraternidade Internacional” (Giblin,1986 p.34). A participação dos irmãos Reclus nesta entidade é fruto de controvérsia entre alguns autores. Enquanto Holt-Jensen (1992) fala da participação de Reclus neste círculo, Giblin (1986), afirma que os irmãos Reclus são muito independente politicamente para aderir a esta entidade secreta e que eles estariam mais ou menos filiados a esta entidade, apesar de algumas discordâncias com o próprio Bakunin, que seria o amo absoluto da “Fraternidade Internacional”. Porém Reclus sai da entidade porque não queria ser discípulo de ninguém e muito menos ter discípulos.

No seu trabalho “A evolução, a revolução e o ideal anarquista”, Reclus deixa evidente sua alegria com a criação da Associação, destacando num capítulo um dos princípios dela: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, dizendo que caberia aos próprios trabalhadores a tarefa de libertação de todos “ nós que sentimos oprimidos” e que deveriam permanecer solidários a todos os homens lesados e sofredores, em todas as regiões do mundo(p.51). Percebe-se sua euforia e crença na Internacional quando compara o seu surgimento com outros fatos na história dos homens: “ Desde a descoberta da America e a circunavegação da Terra, nenhum fato teve mais importância na história dos homens. Colombo, Magalhães, El Cano foram os primeiros a constatar a unidade material da Terra, mas a futura unidade normal que desejavam os filósofos só teve um começo de realização no dia em que trabalhadores ingleses, franceses, alemães, esquecendo a diferença de origem e entendendo-se uns com os outros, apesar da diversidade de linguagem, reuniram-se para formar uma única e mesma nação, a despeito de todos os respectivos governos” (p. 116). As resistências à Associação apareceram em diversos países. Na Itália foi denominada de Associação de malfeitores; na França promulgaram leis contra ela punindo seus membros; em Portugal é um crime pronunciar o seu nome. Seu pensamento de fraternidade entre os homens era o que o guiava, independente de pertencimento a ofícios, profissões ou nações, e em vista disso, de nada adiantava proibir as ações em torno da Associação Internacional dos Trabalhadores. Referindo-se aos ministros e magistrados diz o seguinte: “eles proíbem a Internacional, mas o que não podem proibir é o acordo natural e espontâneo de todos os trabalhadores que pensam, é o sentimento de solidariedade que os une cada vez mais, é sua aliança cada vez mais estreita contra os parasitas de diversas nações e classes”. Define os magistrados como “pobres loucos, esses que ordenam ao mar para recuar!”. Vivenciando um período de fortes movimentos grevistas, com resultados desfavoráveis aos trabalhadores por conta dos choques desiguais encerrando pelo esmagamento dos operários, Reclus chama a atenção dos historiadores que, mais importante que estudar os fatos, as greves, deve-se estudar as idéias e as tendências geradoras de eventos futuros. No entanto, reconhece profundamente o sentido épico do dia 1º de maio como uma data universal, momento em que os operários do mundo todo se unem em torno de um único pensamento.

Crítico feroz de diversas instituições, como o exército, a justiça e a religião, não deixa de tecer comentários a respeito da ciência. Credita importância no saber quando diz que para combater é preciso saber, e insiste nisso reclamando que não admite que a ciência seja um privilégio, e que homens situados no cume de uma montanha,... num trono,... num Olímpo,... ou simplesmente numa cadeira acadêmica, ditem-nos leis, vangloriando-se de um conhecimento superior das leis eternas. Quanto ao exército, a questão gira em torno do comando que se exerce sobre os soldados que são treinados para fuzilar seus irmãos trabalhadores, quaisquer que sejam as nacionalidades. Além da desconfiança em relação as instituições burguesas, Reclus também era muito cuidadoso e desconfiado com o significado das expressões, das palavras como República, Igualdade, Liberdade, Ordem, Paz social, Socialismo e patriotismo, pois passaram a ser usadas também pelos burgueses e pelas autoridades do Estado. Especificamente sobre a palavra pátria ou patriotismo, que importa mais para este trabalho, Reclus faz algumas considerações que merecem uma atenção. Talvez o fato de ser um exilado, afastado da França pelas motivações políticas, ele diz que é um sentimento muito natural o amor pelo

solo natal: é algo extraordinário para o exilado ouvir a querida língua materna e rever lugares que lembrem o lugar de seu nascimento. Além disso, o fato de compartilhar idéias, sentimentos e costumes com os filhos do mesmo solo, é um impulso natural. Contudo, esta bonita expressão começou a perder sentido “ na grande pátria terrestre da humanidade”, afinal

as classes dirigentes, gabam-se, à boca cheia, de seu patriotismo, mas depositam seu dinheiro no exterior; mesmo os cientistas começam a falar de “ ciência francesa” , “ ciência alemã” , “ ciência italiana” instituindo fronteiras para a propagação das idéias, exaltando o protecionismo para as produções do espírito, como nabos e tecidos de algodão. Enquanto isso, continua Reclus, sentimo-nos camaradas em toda a Terra, da America à Europa e da Europa à Australia. Esta apropriação burguesa da expressão nacionalismo em nada se comparava com o movimento universal dos trabalhadores. Neste sentido, estaria havendo uma regressão naquilo que se convencionou denominar de patriotismo: “ É preciso ser ingênuo entre os ingênuos para ignorar que os ‘catecismos do cidadão’ pregam amor pela pátria para servir o conjunto dos interesses e dos privilégios da classe dirigente, e que eles procuram manter, em proveito dessa classe, o ódio, de fronteira a fronteira, entre os fracos e deserdados”. A palavra patriotismo esconderia, assim, “ velhas práticas de obediência servil à vontade de um chefe, a completa abdicação do individuo diante das pessoas que detem o poder e querem servir-se de toda a nação como de uma força cega” (p.65).

## 2.RECLUS E AS FRONTEIRAS ENTRE OS HOMENS

A presença permanente no discurso político de Elisee Reclus de um pensamento universalista, fraternal, humano é a marca de seu anarquismo. Talvez seja este o principal ponto de integração entre a Geografia que fazia e sonhava com sua prática política anarquista. No texto intitulado “Porque somos anarquistas”(1886), esclarece que os anarquistas são comunistas internacionais e isolados nada é conquistado, enquanto que unidos podem transformar o mundo; que a associação entre homens livres e iguais devem estar acima dos ódios religiosos e nacionais pois temos o mundo como pátria. O propósito de uma sociedade anarquista, onde se prega a abolição dos Estados, e junto com ele todas as formas de poder e de instituições, é a fraternidade entre os povos. A existência do Estado, com suas delimitações territoriais, fronteiriças, constituíam fatores de divisão entre os homens.

Compartilhando deste pensamento está também um outro anarquista que, tal qual Reclus, era geógrafo, revolucionário, foi preso e exilado, combateu o Estado, a burguesia e os socialistas autoritários. Trata-se do russo Piotr Kropotkin, que mesmo tendo uma origem aristocrática, abdicou dela para unir-se ao anarquismo. Autor de dois livros prefaciados por Elisee Reclus – Palavras de Um Revoltado (1885) e A conquista do Pão – e seu contribuidor na coleção da Nova Geografia Universal, Kropotkin deixa muito evidente o que seria uma sociedade anarquista pautada em comunas. Se tomarmos as reflexões atuais da Geografia como ciência que procura compreender a dimensão espacial da sociedade; que procura compreender o “arranjo espacial” da sociedade tendo por referencia as instancias políticas, culturais, sociais e econômicas, veremos que a Comuna se constituia numa proposta de organização sócio-espacial dos anarquistas. Eis o que ele escreve no artigo “A Comuna” publicado no livro “Palavras de um

Revoltado” : “Para o burguês da Idade Média, a comuna era um Estado isolado, separado com nitidez dos outros por suas fronteiras. Para nós, a comuna não é mais uma aglomeração territorial; é, antes um nome genérico, um sinônimo de agrupamento de iguais, não conhecendo nem fronteiras nem muralhas. A comuna social cessará bem rápido de ser um todo claramente definido” (p.99). Isto significa que limites territoriais, fronteiras não existiriam para dividir os homens; que as comunas deveriam organizar-se, agrupar-se, federar-se por laços tão sólidos quanto aqueles que ligam seus cidadãos, disseminando-se em mil vilarejos e cidades. Destacava a importância da formação de sociedades livres, visto que “já não é apenas para satisfazer seus gostos científicos, literários ou artísticos que o homem, tendo laços, constitui sociedades. Já não é apenas por uma luta de classes que as pessoas se ligam”. Para Kropotkin, a expansão das sociedades livremente constituídas sobre novos campos de ação – literatura, artes, ciências, ensino, comércio, indústria, tráfico, diversões, higiene, museus, empreendimentos longínquos, expedições polares, até mesmo defesa do território - era uma tendência visível na segunda metade do século XIX e serviria de base para a sociedade futura: “ É por livres agrupamentos que a comuna social organizar-se-á, e estes mesmos agrupamentos subverterão as muralhas, as fronteiras. Serão milhões de comunas, não mais territoriais, mas se estendendo a mão através dos rios, das cadeias de montanhas, dos oceanos, unindo os indivíduos espalhados pelos quatro cantos do globo, e os povos numa única e mesma família de iguais”.

Do mesmo modo que Kropotkin pretendia subverter as muralhas e as fronteiras porque dividiam os homens, Elisee Reclus também se deparou com este problema, porém de maneira muito mais objetiva. Contratado pela editora Hachette para escrever a obra grandiosa Nova Geografia Universal, Reclus teve que aceitar determinadas condições impostas pelo responsável da editora o Sr. Emile Templier. As correspondências trocadas entre eles, recuperadas por Mosquete (2008) são evidências das exigências editoriais ao texto de Reclus. Numa primeira correspondência ele expõe o plano da obra apontando a necessidade de traçar a história dos povos, o seu desenvolvimento e o caráter nacional. Em resposta, Templier impõe reduzir a parte histórica, pois os temas pertenceriam mais a Geografia Histórica do que a Geografia Descritiva. Reclus, contrário as fronteiras nacionais, menospreza as divisões políticas que, segundo ele “ la mayoría de las obras clásicas consideran la verdadera geografia sendo as divisões “ algo completamente convencional y cambiante”. Assim como o editor restringiu o esboço histórico dos povos, considerava, por outro lado, essencial a representação gráfica das divisões políticas no contexto nacionalista do momento. Assim responde a Reclus: “que las divisiones administrativas tienen gran importancia y que no sería adecuado relegarlas al apéndice”. Numa outra correspondência os editores acrescentam: “La proporción que deberían tener las divisiones administrativas me parece que debe ser de alrededor de una veinteaava parte del libro”. Reclus responde aceitando as condições mas não deixa de expor a sua concepção sobre as divisões políticas: “ Reconozco que las divisiones administrativas, aunque sean puramente convencionales o arbitrarias, deben señalarse. [...] ante el modo de publicación, en efecto conviene más que esas divisiones y circunscripciones se reseñen en el texto” . Um fato curioso sobre a composição desta obra é que Reclus decidiu colocar a discussão sobre a Alsácia e Lorena no volume correspondente ao Império Alemão e não a França. Mosquete argumenta que Reclus assim o fez porque não se dobrava fácil aos seus princípios e não aceitava argumentos nacionalistas. Vidal de La Blache, poucos anos depois, quando escreve “ La

France de l'Est:(Lorraine-Alsace), apresenta esta região como francesa, demonstrando o seu nacionalismo.

Num dos melhores trabalhos de retomada das obras de Elisee Reclus, Beatrice Giblin (1986), expondo a relação entre o saber geográfico e as teorias anarquistas, dá indicações de que Reclus utilizou a geografia para fundar uma teoria espacializada da organização libertária, começando com a Comuna na escala local até a federação numa escala internacional. Como libertário é importante recuperar seu ideário de que as únicas leis que Reclus aceitava eram as leis da natureza. Isto o aproximava dos estudos das dinâmicas naturais e o fazia repudiar as leis dos homens, evidentemente. Como geógrafo e anarquista percebemos que Reclus possuía um verdadeiro horror aos limites instituídos pelos poderes, às fronteiras portanto, que dividiam a fraternidade entre povos. Além da discussão com o Sr. Templier sobre as divisões administrativas em suas publicações, Reclus, em carta endereçada ao seu irmão Elie sobre sua posição a respeito da questão federalista, fala de seu

discurso e de seu argumento no congresso da Liga da Paz e da Liberdade, onde demonstrou que, “ após haver destruído a velha pátria dos fanáticos, a província federal, o departamento e a demarcação, máquinas de despotismo, o cantão e a comuna atual, invenção de centralizadores a todo transe, só restava o individuo e que este poderia associar-se como bem entender” (Giblin, p.36).

O período vivenciado por Reclus na Europa é extremamente conturbado politicamente. Tem dezoito anos quando explode, em 1848, as rebeliões operárias em Paris, movimento que acompanha com interesse; em 1851, resiste ao golpe de Estado de Napoleão III, tendo que fugir para a Inglaterra; em 1871 é a vez do movimento da Comuna de Paris, onde é preso, condenado e deportado para a Suíça; participa ativamente dos Congressos operários, da Internacional Socialista; presencia a decadência do Império Austro-Húngaro; a guerra franco-prussiana; vive o momento em que se debate o “princípio das nacionalidades”, enfim, vive pelo menos 30 anos daquele período que Hobsbawm denomina de Era dos Impérios, permitindo aprofundar suas reflexões sobre os Estados. Quando trata do Estado Moderno, estes organismos artificiais, Reclus expõe de modo claro a sua concepção a propósito destas divisões políticas que recobrem o planeta e que separam o gênero humano em corpos políticos distintos. Afirma que as causas desta divisão variam, podendo ser aqui a língua ali a economia, a história. Os conflitos, os interesses, as ambições produziram as delimitações dos Estados, que, constituindo uma espécie de personalidade coletiva, exige de seus súditos um sentimento particular de amor denominado patriotismo que, como vimos, ele repudiava. Sabia distinguir muito bem entre as ações dos homens encastelados no poder e a vontade de liberdade dos demais homens, por isso afirmava que frente ao funcionamento social em nações distintas, separadas por fronteiras e sob a dominação de indivíduos e de classes que se pretendem superiores aos demais homens (...)existiria outro modo de evolução geral, o da ação direta da vontade livremente expressa de homens que se associam para uma obra determinada, sem preocupação de fronteira entre as classes e os países. As idéias de Reclus sobre as fronteiras foi objeto de análise por Eva (2005), que destacou pontos fundamentais de seu pensamento a respeito destes limites políticos. Para o geógrafo anarquista as fronteiras devem ser concebidas como móveis porque são apenas contemporaneamente funcionais. Quando muda a função ou mudam as escolhas dos grupos humanos, as fronteiras se deslocam para adequarem-se às novas funcionalidades. Reclus

acreditava que as únicas fronteiras consideráveis são aquelas que assinalam as diferenciações de hábitos, de comportamentos e de características dos grupos humanos. Como libertário, ele afirmava ser necessário tornar o mais livre possível o movimento de idéias e pessoas. Em completo acordo com os princípios anarquistas, Reclus vai enfatizar que “ As divisões políticas estão completamente em contraste com os limites naturais que poderiam ser estabelecidos pela escolha espontânea dos povos” , sendo seu entendimento sobre fronteiras naturais não aquele que lhes dão os patriotas, mas que as fronteiras devem mover-se com a mudança da sociedade porque a historia dos grupos humanos muda com o tempo; portanto, como todos os limites construídos entre as nações são obras do homem nada impediria que fossem modificados ou cancelados. Diante de todas estas questões políticas apresentadas na obra de Reclus no ultimo quartel do século XIX, seria inevitável, neste esforço de recuperação de seus trabalhos, uma comparação com Friedrich Ratzel. Fabrizio Eva (2005), estabelecendo um paralelo com a clássica obra “Geografia Política” de Friedrich Ratzel, considerado na historia do pensamento geográfico como o primeiro expoente das discussões geográficas políticas, percebe que embora ambos defendam a mobilidade das fronteiras, Reclus atribui tal fato às mudanças funcionais na sociedade, enquanto Ratzel atribui a mobilidade aos processos de ascensão e decadência dos povos; enquanto Reclus argumenta em torno da fraternidade e da solidariedade fundada sobre a cooperação e o intercambio, Ratzel argumenta em torno da superioridade e inferioridade dos povos. Enfim, a visão de futuro para Reclus estava pautada na Anarquia política e espacial, enquanto para Ratzel o futuro seria comandado pelos Estados superiores, que guiariam a humanidade. Giblin, de modo semelhante, aponta que embora Reclus não utilize o termo geopolítica, ela está muito presente nas suas obras. Em vista disso, questiona-se: Por que quando se fala de Geopolítica as referencias são apenas para Ratzel? Para ela as análises de Reclus possuem muito mais precisão que as de Ratzel, carregadas de argumentos imperialistas. Afirma, ainda, que Ratzel confunde Povo com Estado, enquanto Reclus dá importância às contradições de classes e diferencia o Povo dos aparelhos de Estado que os controlam. A geopolítica de Reclus, portanto, seria completamente diferente da de Ratzel, pois aquele defende os oprimidos, denuncia o papel do Estado e afirma que os povos devem dispor de um território onde eles possam viver livres. Defensor dos princípios anarquistas, conseqüentemente contra todas as formas de poder e principalmente do poder do Estado, Reclus ao pronunciar-se contra o Estado e defender sua aniquilação, não podia, na sua geografia, aceitar as fronteiras estatais. Sua contestação às fronteiras políticas era de que elas eram antinaturais e, portanto, possuíam um valor transitório. Giblin comenta que desde o primeiro volume da Nova Geografia Universal, Reclus já falava que a divisão política da Europa era antinatural, portanto, precária. Por isso ele escreve que, mesmo não podendo ignorar as divisões políticas, dará atenção às divisões naturais, como os relevos e as bacias fluviais. No capítulo destinado ao estudo da distribuição da população na Terra, Reclus observa que o planeta se encontra recortado politicamente por uma rede de fronteiras que dividem as diversas partes da terra, declaradas propriedade imperial, real ou nacional e que para alterar isso seria necessário uma revolução no pensamento para mudar as convenções tradicionais. É um ser inconformado com a noção de pátria porque ela termina por consolidar uma idéia de que para além deste território cercado não há homens, mas inimigos.



A realidade observada por Reclus reforçava seu pensamento a respeito dos absurdos produzidos pelos traçados das fronteiras políticas. Quando trata da fronteira entre a França e a Bélgica, definida após discussões, protocolos e retificações, diz que esta linha é uma fantasia risível para o contrabandista e ruim para o turista. Os limites políticos sobre os Alpes e sobre os Pirineus, são segundo ele, arbitrários e tampouco respeitam as afinidades naturais: esta fronteira separa Flandres de Flandres, Henao de Henao, Ardenas de Ardenas, cortam territórios cujos habitantes falam a mesma língua e praticam os mesmos costumes. Nos Pirineus a fronteira divide os Bascos dos Bascos, os Aragoneses dos Aragoneses e os Catalães do Catalães . Constata, com isso, que embora de ambos os lados os pastores e lenhadores se respeitem, pelo lado do Estado o que existe é ameaças, multas e prisão, possuindo a linha fronteira uma espécie de hipnotismo sobre os soldados e os agentes aduaneiros; possuindo ainda quartéis e fortificações em cada lado da fronteira. Também descreve a situação da fronteira entre a França e a Itália através dos Alpes, expondo que o escarpamento das vertentes, a altura dos vales, a abundância das neves e a fadiga das escaladas em nada se compara com os postos das aduanas e postos militares. Continua dizendo que, antigamente, os montanhesees se comunicavam livremente de vertente a vertente durante a metade do ano, e que, não tendo razão nenhuma para aborrecer-se, se ajudavam mutuamente de montanha a montanha, e dependendo da estação do ano levavam seus rebanhos para onde houvesse os melhores pastos. Porém, agora, continua Reclus, sobre estas alturas reina a ordem, e as autoridades vigiam cuidadosamente para que os vizinhos não se visitem uns aos outros sem apresentar os documentos e sofrer interrogatórios.

### 3. CONCLUSAO

A marginalização de Elisee Reclus da história oficial da Geografia possui, segundo Hiernaux (2003), vários motivos, dentre os quais o mais pesado parece ter sido aquele que o qualificava de descritor do mundo, como o fizeram De Martonne e Jean Brunhes, discipulos diretos de Vidal de La Blache. O fato também de escrever, inicialmente, roteiros de viagens, itinerários e características de uma determinada região – Os Guias Joannes -; de não estar na França no período de redação da Geografia Universal; e de não ser um geógrafo acadêmico, pois, como anarquista, é impedido pela burguesia belga que dirigia a Universidade Livre de Bruxelas, mesmo já tendo mais de 60 anos, culminaram para este relativo isolamento. Além disso, a exigência do racionalismo científico e a objetividade requerida para consolidação do conhecimento geográfico enquanto ramo do saber institucionalizado, fizeram com que os trabalhos de Reclus fossem julgados como não científicos,

principalmente aqueles carregados de uma apreciação estética e romântica da natureza. Reclus era um amante da Natureza, talvez uma herança do romantismo alemão do século XVIII.

Do ponto de vista metodológico, sua aproximação com os conceitos darwinistas, como associação, organismos, e, principalmente, o evolucionismo, serviu para que ele fosse considerado “determinista”. Contudo, novas interpretações indicam uma diferença radical do pensamento de Reclus frente ao de Darwin. Lindón (1999), por exemplo, na resenha que faz do livro “ La Geografia como metáfora de la libertad”, de Nicolas Hiernaux, aponta que era difícil naquele período escapar de ser positivista, contudo o pensamento de Reclus

ultrapassava este rótulo. Preferiu utilizar termos como cooperação e harmonia ao mesmo tempo em que falava de luta de classes e desigualdades sociais. Horta (2006) também vai argumentar que o evolucionismo de Reclus era diferente dos cientistas naturais que diziam que a natureza não dá saltos; ao contrario, a vida não se mostrava em nenhuma parte como uma continuidade direta, mas sempre uma sucessão indireta, revolucionária. Bem diferente de seu contemporâneo alemão e geógrafo, Friedrich Ratzel, que para a história oficial da Geografia funda a Geografia Política, tendo por referencia fundamental o Estado territorial, que teria a semelhança de um organismo, Reclus, além ter feito uma Geografia Política sem usar tal expressão, muito menos geopolítica, queria aniquilar o Estado, ao contrario dos socialistas científicos, como Marx e Engels, que viam sua necessidade. Os territórios, antes de serem estatais, deveriam ser comunais, sem divisões territoriais ou fronteiras que separassem ou diferenciassem os homens a partir de nacionalidades, pois isso impedia a fraternidade entre eles. Este pensamento se concretizava em suas obras quando ele afirmava que as fronteiras naturais, por não serem resultados de leis dos homens, eram as únicas que deveriam ser consideradas, pois as fronteiras políticas tinham a capacidade de separar povos que historicamente se cooperavam. Daí a sua resistência em cartografar o mundo utilizando as divisões políticas, pois estas eram e são, a marca da consolidação do Estado territorial moderno, superando as divisões naturais e a malha de paralelos e meridianos. Inegavelmente, a recuperação de parte dos escritos de Reclus pode dar uma contribuição significativa para o reconstruir da Geografia e da Geografia Política, que nos últimos anos tem procurado outras abordagens sobre a relação território e poder sem ter como protagonista o Estado, visto que este não é mais considerado como a única fonte de emanção de poder. Corporações multinacionais, movimentos ambientalistas internacionais, movimentos culturais, religiosos, o terrorismo e tantos outros temas já fazem parte da pauta de estudos da Geografia política. Se estes temas emergiram é porque passaram a compor o cenário da realidade contemporânea. Porém, não é possível, ao mesmo tempo, desconsiderar a multiplicação do numero de novos Estados territoriais e sua tendência à ampliação, contrariando tanto Ratzel, que previa uma redução do numero de Estados no mundo, sobrando apenas os mais fortes, quanto Reclus, que imaginava um mundo mais fraterno sem a existência dos Estados, estes organismos artificiais.

## BIBLIOGRAFIA

- BAKUNIN, Mikhail. O Socialismo Libertário. Tradução Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1979.
- CUBERO, Jaime. Apresentação. In RECLUS, Elisee. A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista. Tradução Plínio Augusto Coelho – São Paulo: Imaginário, 2002.
- EVA, Fabrizio. Elisée Reclus: Idéias úteis para análises geopolíticas contemporâneas. Em <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5044>. Acesso em 23.04.2011.
- \_\_\_\_\_. “De Reclus a Feyerabend: utilizar el anarquismo para comprender a los seres humanos” in Proceedings of the 4th Critical Geography International Conference, México, 9-12 Janeiro/2005. Em <HTTP://www.fabrizio-eva.info>. Acesso em 29.04.2011.
- GIBLIN, Beatrice. Introduccion y Seleccion de textos. In RECLUS, Elisee. El Hombre y la Tierra. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1986.
- HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. Elisee Reclus y la formacion del pensamiento geográfico decimononico. In.BERDOULAY, Vincent y VARGAS, Hector (Ed). Unidad y diversidad del pensamiento geográfico em el mundo. Retos y perspectivas.UNAM, Mexico, 2003.
- HOLT-JENSEN, Aril. Geografia: Historia y Conceptos. Barcelona, Editorial Vicens-Vives, 1992
- HORTA, Regina. Natureza e sociedade, evolução e revolução: a geografia libertária de Elisée Reclus. <HTTP://www.scielo.com/scielo>. Acesso em 25.04.2011.
- KROPTKIN, Piotr. Palavras de um Revoltado. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário, 2005.
- LINDÓN, Alice. Resenha de “ La Geografia como metáfora para la libertad”. In. Economia, Sociedad y Territorio. Julio-diciembre. Vol.II, numero 6, Mexico, 1999.
- MARX, K. e Engels, F. Principios do Comunismo e Manifesto Comunista. Tradução Diego Siqueira. São Paulo:Editora Sundermann, 2007.
- MOSQUETE, Teresa. Elisee Reclus y su aportacion a la cartografia. Segon Congres Catala de Geografia. 29-31 de maig 2008. <HTTP://revistes.iec.cat/revistes/index.php/TSCG/article/view/3505/3033>. Acesso em 20.04.2011.
- RECLUS, Elisee. El Hombre y la Tierra. Mexico:Fondo de Cultura Economica, 1986.
- \_\_\_\_\_. A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista. Tradução Plínio Augusto Coelho – São Paulo: Imaginário, 2002.
- \_\_\_\_\_. Anarquia pela Educação. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo:Hedra, 2011.
- \_\_\_\_\_. O Homem e a Terra – O Estado moderno. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo:Editora Imaginário, 2010.